



Boletim Geral nº 231, de 08 Dezembro 1997

PROIBIÇÃO DE QUAISQUER ATIVIDADES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS NO CBMDF

PORTARIA DE 08 DE DEZEMBRO DE 1997

(Alterada pela Portaria nº 31, de 11 de julho de 2002)

Dispõe sobre a proibição de propaganda eleitoral e atividade político-partidárias no âmbito da Corporação, e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e V, do art. 47, do Dec. 16.036, de 04 Nov 94, e de acordo com o Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, aprovado pela Lei n.º 7.479/86, e considerando:

A necessidade de preservar os princípios da disciplina, de respeito e do decoro do Bombeiro-Militar;

Que ao Bombeiro-Militar é vedada a reivindicação coletiva e manifestações públicas;

Que o Bombeiro-Militar em serviço ativo deve abster-se de participar de manifestações e atividades POLÍTICO-PARTIDÁRIAS;

Que o Bombeiro-Militar, candidato a cargo eletivo, tanto em atividade como na inatividade, deve privar-se do uso de designações hierárquicas em assuntos de natureza POLÍTICO-PARTIDÁRIAS, bem como, do nome da Corporação e a condição de militar;

O que preceitua os artigos 155, 163, 165 e 166 do Código Penal Militar, bem como o contido no Estatuto dos Bombeiros Militares e Regulamento Disciplinar em vigor no CBMDF.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica vedada qualquer manifestação ou atividade POLÍTICO-PARTIDÁRIAS no interior das Organizações de Bombeiro Militar, do Distrito Federal.

Art. 2º - São consideradas manifestações e atividades POLÍTICO-PARTIDÁRIAS:

I – a entrada de qualquer pessoa, ostentando, fazendo alusões ou, sob qualquer forma, fazendo destaques de materiais quaisquer, com objetivos político-partidários, ou que possam estimular reivindicações coletivas ou incitamento à indisciplina;

II – promover ou apoiar, propaganda eleitoral de candidatos de qualquer categoria, tanto Bombeiros Militares como civis;

III – distribuir impressos ou objetos que tenham ligação de qualquer forma, com propaganda eleitoral, crítica a ato de superior ou resoluções governamentais;

IV – afixar inscrições, desenhos ou similares, nos leitos das vias internas, alambreados, cercas ou paredes de aquartelamentos;

V – fixar cartazes relacionados com propaganda em painéis, quadros de avisos ou similares;

VI – promover manifestações, formaturas ou reuniões que possam ensejar despedidas, recepções ou quaisquer manifestações de apreço ou despreço a candidatos a cargo eletivo, tanto Bombeiros Militares como civis.

Art. 3º - Da mesma forma fica proibido:

I – Exercer, quando fardado, ação de apoio individual ou coletiva junto a candidato a cargo eletivo;

II – Colocação de adesivos de qualquer natureza em viaturas da Corporação;

~~III – acesso de veículos a estacionamento interno de quartéis portando, ostensivamente, bandeiras, flâmulas ou adesivos de partidos políticos;~~

III - acesso de veículos a estacionamento interno de quartéis portando, ostensivamente, bandeiras ou flâmulas. (Nova redação dada pela Portaria nº 31, de 11 de julho de 2002).

IV – ingressar em OBM, o Bombeiro-Militar, quando em trajes civis, ou mesmo na inatividade, ostentando “botons” ou insígnias que reproduzam propaganda eleitoral;

V – recrutar ou contribuir com recrutamento de Bombeiros Militares da ativa para integrar segurança Pessoal ou desenvolver apoio em campanha política a candidatos;

VI – integrar segurança Pessoal ou desenvolver apoio em campanha política a candidatos, exceto quando afastados do serviço por motivo de Licença para tratamento de Interesse Particular – LIT. ou Licença Especial- EL;

VII – utilizar serviço de rádio de comunicação, linhas telefônicas, ou outro qualquer instrumento de comunicação da Corporação para difusão de propaganda eleitoral, POLÍTICO-PARTIDÁRIAS ou reivindicaria;

VIII – coagir igual ou subordinado, bem como, tentar aliciar estes e superior hierárquico, com objetivos de natureza partidária.

Art. 4º - As visitas às Unidades da Corporação, por autoridades ocupastes ou candidatos a cargos públicos eletivos deverão ser comunicadas ao Comandante – Geral, tão logo tomem ciência destas, os respectivos Comandantes de tais Unidades.

Parágrafo Único – Quando a visita ocorrer de forma inesperada, a ciência ao Comandante-Geral, deverá se dar de imediato e durante a permanência da autoridade. Não conseguindo contato com o Comandante Geral, ao Chefe do EMG.

Art. 5º - Para as solenidades internas das Unidades, a relação de autoridades convidadas deverá ser submetida à apreciação do Comandante – Geral, com antecedência mínima de três dias úteis.

Art. 6º - Os Comandantes, Chefes ou Diretores de Unidades do Corpo de Bombeiros, são, pessoalmente, responsáveis pelo fiel cumprimento desta Portaria.

Art. 7º - A inobservância dos dispositivos desta Portaria, por ação ou omissão, sujeita o autor às sanções penais, disciplinares e/ou administrativas.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando-Geral.

Art. 9º - ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 08 de dezembro de 1997

JORGE DO CARMO PIMENTEL – CEL QOBM/Comb.
Comandante Geral do CBMDF